

Repartição da renda derivada da primeira comercialização do pescado na pesca comercial artesanal que abastece Manaus (Estado do Amazonas, Brasil)

Charles Henry Faria Júnior^{1*} e Vandick da Silva Batista²

¹Agência de Agronegócios do Amazonas, Avenida Getúlio Vargas, 1149, 69025-000, Centro, Manaus, Amazonas, Brasil.

²Departamento de Ciências Pesqueiras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, A mazonas, Brasil. *Autor para correspondência. e-mail: charleshenry@yahoo.com.br

RESUMO. A pesca artesanal é importante atividade econômica e social na Amazônia, havendo porém, poucas informações sócio-econômicas sobre o setor, as quais são necessárias para seu planejamento. A partir de informações obtidas por meio de entrevistas com usuários no porto de pescade de Manaus, as diferentes funções e a renda auferida foram avaliadas. Foi registrado que a primeira comercialização da produção pesqueira gera uma renda mensal que varia entre R\$ 2.318,00 e R\$ 4.802,40 para o armador, de R\$ 760,00 a R\$ 1.480,00 para o despachante e de R\$ 89,30 a R\$ 893,00 para os pescadores, conforme função. Embarcações de grande porte possibilitam maior produção e renda por pescaria, fator motivador do aumento no porte dos barcos nas duas últimas décadas. As embarcações de pequeno porte realizam maior número de viagem por mês, otimizando o uso dos fatores de produção e gerando renda mensal superior as de médio e grande porte. O sistema de trabalho familiar viabiliza a maior renda aos pescadores, devido à sua repartição igualitária. O armador e o despachante controlam a pesca de grande escala, tendo neste caso sua renda maximizada, além de praticar outras atividades remuneradas fora do setor pesqueiro.

Palavras-chave: embarcação, pescador, renda, Amazonas.

ABSTRACT. *Income partition from the first fish commercialization in artisanal fishing business in Manaus (Amazonas State, Brazil).* The artisanal fishing is an important economic and social activity in the State of Amazonas, despite the reduced socioeconomic information on the section, which are necessary for its planning. Information was collected by means of interviews with users in the fishery harbor of Manaus, and the different functions and income were evaluated. It was registered that the first commercialization of the fishing production generates a monthly income that varies between R\$ 2,318.00 and R\$ 4,802.40 for the boat-owner, R\$ 760.00 to R\$ 1,480.00 for the middleman-auctioneer, and R\$ 89.30 to R\$ 893.00 for the fishermen according to their function. Larger boats facilitate larger production and income for fishery, which motivated an increase in the size of ships along the last two decades. The boats of small load do a great number of trips per month, optimizing the use of the production factors and generating superior monthly incomes in comparison to medium and big boats. The family working system of small boats makes possible the largest income to the fishermen, due to its equalitarian partition. The boat-owner and the middleman control the fishing of large scale and maximize their income in this case, besides practicing other income activities out of the fishery sector.

Key words: vessel, fisherman, rent, Amazon.

Introdução

A repartição da renda é definida como a maneira pela qual o resultado da atividade no processo produtivo se distribui entre os participantes da produção. É tradicionalmente estudada do ponto de vista de uma distribuição funcional, isto é, segundo os fatores de produção (trabalho, capital e recursos naturais). Usualmente, é efetivada por meio do

pagamento de salários, juros, lucros e da renda da terra (Parente, 1996; Passos e Nogami, 2001; Sandroni, 2001), a qual, na atividade pesqueira, é substituída pelos locais de pesca.

Qualquer que seja a empresa ou a natureza de sua produção necessita do concurso de recursos produtivos de modo a transformar os bens em produtos, e o preço pago pela utilização dos serviços

dos fatores de produção irá se constituir na renda dos proprietários desses fatores. De modo geral, diz-se que os indivíduos, ao fornecerem recursos produtivos, recebem salários na qualidade de trabalhadores; alugueis na de proprietários dos recursos; juros na de capitalista que emprestam dinheiro; e lucros na de proprietários de empresas (Passos e Nogami, 2001).

Ao vincular esses conceitos ao setor pesqueiro, especificamente sobre a parte operacional das embarcações de pesca comercial artesanal (consideradas empresas pesqueiras) que abastecem a cidade de Manaus, observam-se quatro formas de fornecimento de recursos produtivos que estão presentes na produção e primeira comercialização do pescado.

A primeira forma se refere aos detentores dos meios de produção, conhecidos na região como Armadores, Donos ou Proprietários (Martins e Brandão, 1983; Masulo e Nogueira, 1992; Parente, 1996; Almeida *et al.*, 2001). A segunda é constituída de capitalistas (agentes financiadores) que financiam a aquisição dos insumos (Parente, 1996). A terceira forma é constituída pelos despachantes, agentes que realizam a comercialização da produção, recebendo comissão sobre a venda como pagamento (Martins e Brandão, 1983; Parente, 1996). A quarta forma é composta pelos pescadores profissionais, monovalentes ou cidadãos atuando efetivamente na captura do pescado (Martins e Brandão, 1983; Masulo e Nogueira, 1992; Furtado, 1993; Parente, 1996; Batista, 1998; Almeida *et al.*, 2001). A repartição é usualmente realizada segundo a cadeia hierárquica e o grau de participação dos atores, incluindo a função exercida durante a pesca (Parente, 1996; Castro, 1998; Passos e Nogami, 2001; Almeida *et al.*, 2001; Sandroni, 2001; Faria Júnior, 2002).

Nesse contexto, o presente estudo aborda a composição da renda compartilhada pelos agentes, por meio das diferentes forma de pagamento dos fatores de produção empregados na pesca comercial artesanal que abastece Manaus. Apresenta ainda, a composição da partilha social da renda entre os agentes, considerando diferenças entre grupos de embarcações diferenciadas por sua categoria de tonelagem de arqueação bruta – TAB, segundo a divisão realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT, 1979).

Material e métodos

A área de coleta dos dados se localiza na orla fluvial da cidade de Manaus, nas proximidades do

Mercado Municipal Adolpho Lisboa, onde a maioria das embarcações de pesca comercial artesanal aportam para comercializar sua produção.

As embarcações foram visitadas aleatoriamente, sendo o espaço amostral delimitado sobre barcos com porte ≥ 2 TAB, subdivididas de acordo com a categorização proposta pelo IPT (1979), na qual cada TAB ou volume total da embarcação representa 100 pés³ ou 2,83 m³. Assim, os barcos com capacidade de carga ≥ 2 a 10TAB são denominados de pequeno porte, acima de >10 a 20TAB de médio porte e superior a >20 TAB de grande porte.

Os dados foram coletados mediante a aplicação de formulários estruturados no interior de 185 embarcações de pesca para membros da tripulação (122 pescadores), armadores (86) e despachantes (32), no período de agosto de 1999 a agosto de 2001, totalizando 240 entrevistas.

Entre as informações catalogadas, foram registrados os custos variáveis – CV por expedição de pesca (gelo, combustível, alimentação, reparo de apetrechos de pesca, taxa paga a colônia de pescadores e pagamento de comissão ao despachante), o número de tripulantes, as funções exercidas a bordo, a forma de remuneração de cada grupo de agentes, o Faturamento Bruto – FB das embarcações e o Lucro Bruto – LB, sendo as informações armazenadas em banco de dados informatizado e analisadas.

Para tornar os valores monetários comparáveis e reduzir a variabilidade nos erros derivados das possíveis perdas com defasagens nos valores obtidos, todos os preços foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M (Fundação Getúlio Vargas, 2001) para o mês de última coleta, visto que o período de amostral se estendeu à cerca de dois anos.

Os resultados foram tabulados com o emprego da estatística descritiva e univariada.

Resultados

Descrição dos atores

Armador

O armador é o principal agente que fomenta a pesca comercial em Manaus, é detentor dos fatores de produção fixos (embarcação, aparelhos de captura, canoa, motor rabeta, etc), custeia a manutenção, os reparos e encargos legais das embarcações. Pode também financiar o pagamento dos fatores de produção variáveis (combustíveis, gelo, rancho, reparos dos aparelhos de pesca, etc.), como observado em 5% dos casos.

No contexto geral, quando participa das

expedições de pesca, assume o papel de Encarregado (97%) da embarcação (função definida adiante), entretanto, sua atuação nas pescarias é expressiva somente nas viagens realizadas por embarcações de pequeno porte, com participações esporádicas nas demais categorias.

Quando não participa da pesca, agrega rendimento com a execução de outra atividade remunerada (Tabela 1), com diferenças marcantes de acordo com a categoria de embarcação. Os proprietários das embarcações de pequeno porte atuam na agricultura (30,8%), comércio (27,0%) e pecuária (7,8%). No caso das de médio (27,2%) e grande porte (36,4%), são predominantemente comerciantes. Além dessas outras atividades, podem também exercer o papel de despachante em embarcações de pequeno porte (5,8%), médio porte (27,3%) e grande porte (45,4%).

Tabela 1. Outras atividades remuneradas desempenhadas pelos proprietários de embarcações de pesca (divididas por TAB) que abastece a cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Outras atividades dos proprietários de embarcações (%)	Capacidade de carga		
	A	B	C
Agricultura	30,8	-	-
Agente de turismo	-	-	9,1
Aposentado	1,9	9,1	-
Carpinteiro	1,9	-	-
Comerciante*	27,0	27,2	36,4
Coveiro	1,9	-	-
Despachante	5,8	27,3	45,4
Extrativista**	3,8	9,1	-
Fretista	1,9	-	-
Funcionário Público***	9,6	9,1	-
Hoteleiro	1,9	-	-
Marreteiro	1,9	-	-
Mecânico	1,9	-	-
Pecuarista	7,8	18,2	9,1
Vigia	1,9	-	-

Despachante

O despachante é o agente que administra a venda da produção pesqueira, possui o conhecimento do mercado de pescado de Manaus e do grau de confiabilidade dos compradores (no caso de venda a crédito). Ele controla o volume comercializado com o emprego de caderneta, na qual são anotadas todas as vendas realizadas a vista e a crédito.

Sua remuneração resulta de percentual sobre o faturamento bruto com a venda do pescado, variando de 5% a 20% e média de 10%. Pode também ser possuidor dos meios de produção, assumindo o papel de armador e de agente financiador das expedições de pesca.

Pescador

O pescador pode desempenhar 14 funções ou denominação de postos de trabalho nas embarcações de pesca como: ajudante, cambiteiro, camboia dor,

cozinheiro, descolador, encarregado, gelador, lanceiro, largador, pescador, piloto, popeiro, prociro e vigia (Tabela 2). No contexto geral, 63,0% são moradores da zona urbana e 37,0% ribeirinhos, porém a equipe de pesca pode ser renovada anualmente em 60% dos casos.

Dos pescadores que trabalham em embarcações de pequeno porte, 12,0% desenvolvem suas atividades em torno de uma estrutura de trabalho familiar. São assalariados pela partilha igualitária do lucro auferido com a pesca, no qual são amortizados os encargos com os insumos, comissão do despachante e um percentual de 10% destinado à manutenção do barco e dos aparelhos de pesca.

Tabela 2. Funções ocupadas por trabalhadores da pesca nas embarcações de pesca que comercializam pescado em Manaus, Estado do Amazonas.

Função	Descrição
Ajudante	Efetua serviços diversos, como limpeza do barco, lavagem do pescado, e apoio à pesca.
Cambiteiro	Serve de referência para orientar o lançamento da(s) rede(s), e segura o cabo da rede batendo-o na água para direcionar o cardume pra dentro da rede.
Camboiador	Responsável pela localização visual ou prática (sinais na superfície da água ou por intermédio do uso de aparelhos, como varas ou pêndulos submersos) dos cardumes.
Cozinheiro	Prepara refeições e lanches a bordo.
Descolador	Consiste em desgrudar os pedaços de gelo que, devido à grande quantidade armazenada, transforma-se em um grande bloco, dificultando o trabalho de acondicionamento.
Encarregado	Duas funções básicas: a de preposto do armador, quando toma providências para a realização das viagens e estipula a divisão em partes do resultado da pescaria entre a equipe, e a de comandante da viagem de pesca.
Gelador	Efetua o acondicionamento do pescado, arrumando alternadamente camadas de gelo e peixe.
Lanceiro	Complementa o lançamento da rede coordenado pelo largador, impedindo eventuais embaraços ocorridos na chumbaria da mesma.
Largador	Efetua lançamento da rede após autorização do prociro, com o objetivo de cercar e capturar o cardume.
Pescador	Todos os tipos são pescadores, mas se refere usualmente aos vinculados com a captura direta do peixe.
Piloto	Condutor / Prático da embarcação de pesca.
Popeiro	Posiciona-se na popa da canoa para controlar a direção da embarcação para que ela não fique em cima da rede e também tem função de colher a cortiça do entalhe superior, impedindo o peixe de saltar fora da rede.
Prociro	Responsável pela estratégia de comando no deslocamento da canoa, durante o lançamento da rede para o cerco do cardume, geralmente, é o encarregado pela viagem ou é o pescador mais experiente da "campanha".
Vigia	Responsável por vigiar a embarcação e seus equipamentos.

Os demais pescadores são vinculados ao proprietário dos meios de produção por meio de uma parceria ou sociedade, dividem os custos com os fatores de produção variáveis e o lucro bruto ao término de cada pescaria. Assim, não possuem renda fixa e sim uma participação no ganho com a pesca, estando sujeitos a trabalhar sem remuneração ou a incorrer em prejuízos se a pesca não der lucro, acumulando dívidas (adiantamentos e parcela dos

custos) para desconto na próxima expedição de pesca.

Entre os pescadores, é o encarregado que comanda as expedições de pesca, possui o conhecimento prático da atividade e do lucro que essa possa resultar. Por sua experiência, é considerado homem de confiança do proprietário das embarcações, sendo o pescador melhor remunerado.

Com exceção do ajudante (uma cota-parte) e do encarregado (dez cotas-parte), o número médio de cotas-parte recebida pelos pescadores é homogêneo e fica em torno de duas cotas-parte, independente da função dentro e entre cada categoria de TAB. Porém, essa homogeneidade não é refletida na renda média, que é influenciada pelo porte da embarcação.

Agentes financiadores da pesca

Os agentes financiadores são aqueles que custeiam os fatores variáveis de produção, viabilizando as expedições de pesca. Usualmente são donos de fábricas de gelo, frigoríficos, postos de combustíveis, comércio de estivas, equipamentos de pesca, armadores e despachantes, recebendo uma renda referente ao retorno do capital investido equivalente a 5% de juros em média, os quais são pagos na forma de moeda (72%) ou pescado (28%).

Estabelecem a dependência e a segurança na concessão do financiamento com vínculo à assiduidade, gratidão ou obrigação dos favorecidos na quitação do débito, recebendo a preferência na compra dos insumos necessários à pesca (gelo, combustíveis, rancho, etc.) ou na venda do pescado, no caso do despachante ou proprietário de frigorífico.

Renda auferida pelos agentes de produção

A renda obtida com o fornecimento de recursos produtivos pelos agentes de produção envolvidos na primeira comercialização do pescado em Manaus resultou um perfil heterogêneo entre e dentro das categorias de TAB, que está relacionado à hierarquia do setor, número diferenciado de viagens por mês e do porte das embarcações.

Para apresentar essa diferença, se procedeu à determinação do número médio de viagens/mês para cada categoria de TAB. Os barcos de pequeno porte realizam, em média, 1,9 viagens ao mês, barcos médios 1,0 e barcos grandes 0,8. Esse resultado foi utilizado na determinação da renda média mensal auferida com o fornecimento dos recursos produtivos para cada grupo agente envolvido, considerando todas as demais condições constantes.

Assim, foi possível observar que a renda mensal

do armador varia entre R\$ 2.318,00 e R\$ 4.802,40, a renda do despachante entre R\$ 760,00 a R\$ 1.480,00 e a do pescador de R\$ 89,30 a R\$ 893,00, considerando que esses agentes obtenham rendimentos referentes à produção de uma única embarcação por mês (Tabela 3).

Tabela 3. Repartição da renda (R\$) entre os grupos sociais que participam da primeira comercialização do pescado em Manaus, Estado do Amazonas.

Função	TAB					
	Pequeno porte		Médio porte		Grande porte	
	Viagem	Mês	Viagem	Mês	Viagem	Mês
Armador	1.220,00	2.318,00	2.075,00	2.075,00	6.003,00	4.802,40
Despachante	400,00	760,00	785,00	785,00	1.850,00	1.480,00
Ajudante	47,00*	89,30	60,00*	60,00	91,00*	72,80
Encarregado	470,00	893,00	600,00	600,00	910,00	782,00
Outros	94,00	178,60	120,00	120,00	182,00	145,60

* O valor de uma cota-parte/viagem para cada categoria de TAB. Outros - engloba todas as funções que recebem duas cotas parte.

No caso específico dos demais agentes financiadores, a existência de uma marcante disparidade entre os investimentos impossibilita a construção de uma tabela demonstrativa. Entretanto, foi observado que esses agentes também podem assumir o papel de despachantes e armadores, uma vez que todos são vinculados ao comércio.

Discussão

Agentes de produção da pesca comercial em Manaus

A renda derivada da pesca comercial que abastece Manaus é resultado da interação entre fatores de produção e os serviços executados com sua utilização. Estes fatores e serviços independentemente apresentam um papel fundamental na cadeia produtiva do setor pesqueiro, sem os quais o suprimento de proteína de baixo valor aquisitivo derivado do pescado em grande escala para Manaus estaria comprometido.

Essa interação é viabilizada em primeiro plano, pelos proprietários dos fatores de produção, que viabilizam os insumos necessários à produção em grande escala, como destacado por Parente (1996). Podem ser destacados como componente principal ou de base da cadeia produtiva do setor extrativista comercial pesqueiro em Manaus. Uma vez que a demanda dessa cidade é da ordem de 30.000 t/ano e não poderia ser provida por embarcações com baixa autonomia.

Os armadores podem ampliar seus rendimentos exercendo atividades remuneradas paralelamente a de empresário da pesca. Porém, também aumentam os rendimentos provindos da pesca quando assumem o papel de encarregado da embarcação e despachante.

O fato de que os proprietários de embarcações

pequenas são predominantemente agricultores e comerciantes, e que os donos de barcos de médio e grande são comerciantes e despachantes residentes em Manaus, reforça a indicação de que a posse dos barcos que promovem maior desembarque por viagem está vinculada aos pescadores citadinos que abastecem o grande centro consumidor de Manaus, corroborando com os resultados obtidos por Parente (1996). Além disso, esse fato pode ter influenciado na tendência de expansão do porte da frota pesqueira (Batista, 1998).

O despachante é o agente facilitador da comercialização da produção desembarcada (quando não é possuidor dos meios de produção, nem financiador) para os armadores (Masulo e Nogueira, 1992; Parente, 1996). Em virtude do seu conhecimento do mercado, muitas vezes, também atuam como um “segurador” para os pescadores contra a inadimplência no caso da venda a crédito do pescado aos feirantes, podendo assumir o pagamento do pescado vendido, antes de receber todo o apurado na venda para o feirante. Ele é um segurador, pois sua renda em média é proporcional a 10% do faturamento bruto, sendo assim, independentemente da lucratividade da viagem quanto maior o montante de pescado comercializado a vista, maior a sua renda. Por outro lado, assume o menor risco na atividade, uma vez que seu rendimento é calculado sem nenhuma dedução derivada do processo produtivo. Isto equivale dizer que esse agente onera os custos de produção para os demais agentes.

A mão-de-obra que participa efetivamente do esforço de pesca pode exercer 14 funções ou postos de trabalho diferentes, sendo distinta quanto ao sistema de trabalho em familiar e vinculado aos proprietários das embarcações.

Em embarcações de pequeno porte, o número de tripulantes é menor e menos especializado, realizando todas as funções necessárias à produção. Em embarcações de grande porte, as funções são mais especializadas, mesmo que o número de tripulantes seja superior as 14 funções discriminadas, ocorrendo casos em que dois ou mais pescadores exercem a mesma função. Nesse caso, as embarcações dispõem de aparelhos de pesca e equipamentos de suporte à pesca (canoas, cascos, motores de popa) suficiente para uso por todos os pescadores, no intuito de efetuar a maior captura no menor intervalo de tempo possível.

Os pescadores vinculados ao dono da embarcação são pescadores monovalentes, citadinos ou profissionais (Barthem *et al.*, 1992; Petrere Jr., 1992; Furtado, 1993), executando uma única atividade produtiva ao longo do ano, usualmente

vivendo em centros urbanos, tendo baixa escolaridade e grande experiência na atividade, fruto de sua inserção antes de completar os 18 anos de idade.

No sistema de trabalho familiar observado nas pequenas embarcações, a tripulação chega a ser composta por até três gerações, apresentando divisão da renda igualitária, viabilizando remunerações duas a três vezes superiores às obtidas pelos trabalhadores de embarcações maiores. Por conta da estrutura familiar, mantém uma tripulação fixa em anos sucessivos, originários da zona rural e com experiência acumulada na pesca. Trabalham com a pesca com maior intensidade durante o período de enchente e cheia, quando a agricultura é impraticável na várzea, sendo denominados pescadores interiorinos, vargeiros ou polivalentes (Barthem *et al.*, 1992; Petrere Jr., 1992; Furtado, 1993).

Renda dos agentes de produção envolvidos na primeira comercialização do pescado em Manaus

Na discussão a seguir, foi considerada a diferenciação dos papéis na estrutura social da atividade pesqueira, a partir de fatores sócio-econômicos tais como, nível de renda, profissão/ocupação, posição na estrutura produtiva, divisão social do trabalho, entre outros. Foi considerado ainda que os agentes sociais de uma mesma categoria geralmente tendem a compartilhar valores semelhantes (Sandroni, 2001), corroborando com a contextualização mencionada por Masulo e Nogueira (1992).

Assim, a primeira comercialização da produção desembarcada pela frota comercial artesanal em Manaus envolve quatro agentes sociais (armadores, despachantes, financiadores e pescadores), que auferem rendimentos diferenciados de acordo com a sua atividade e do porte da embarcação.

Estes agentes sociais podem ser reduzidos a apenas dois, quando o proprietário dos meios de produção, o despachante e o agente financiador da pesca, são funções acumuladas por uma pessoa. Nesta situação, este agente múltiplo executa uma atividade que lhe permite maximizar os rendimentos derivados do setor e monopolizar o mercado.

Esse acúmulo de funções não gera nenhuma vantagem aos pescadores, que têm sua remuneração vinculada à produção, dividindo os riscos na pesca e dependem da existência de lucro para obter renda. Este lucro nem sempre existe depois de amortizados os custos com os fatores de produção variáveis, o que colabora para eliminar sua renda nestas viagens. No outro extremo, o agente múltiplo terá pelo menos a renda como despachante e financiador.

Considerando esse fato, os pescadores recebem, em média, valores inferiores a um salário mínimo por mês (valores de 2001), salvo a figura do encarregado.

O que pode compensar a baixa remuneração dos pescadores é a inexistência de gastos com transporte para o local de trabalho (passam vários dias embarcados) ou contribuições sociais e sindicais, como outros trabalhadores. Também podem levar pescado para casa gratuitamente, juntamente com o rateio da sobra do rancho. Esses fatos unidos ao pagamento médio recebido podem gerar rendimentos superiores ao salário mínimo, denotando a necessidade de quantificar esses itens em próximos estudos.

No caso dos donos dos meios de produção (armador), o observado em relação à renda obtida com os barcos de grande porte por expedição de pesca, pode explicar a tendência no aumento dessa classe de embarcação nos últimos anos (Batista, 1998), uma vez que provém maior rendimento por expedição de pesca. Esse fato é marcante quando se observa a posse dos meios de produção, pois 96% dos proprietários são despachantes e comerciantes, o que possibilita obter maiores rendimentos, podendo ainda possuir mais de uma embarcação.

Em relação à divisão das cotas-parte, a existência de uma equiparação no número de cotas recebidas dentro e entre as categorias de TAB pode ser fruto de um equilíbrio natural ao longo dos anos ou para evitar divergências quanto ao recebido pelo trabalho desempenhado, pois independente da função exercida ou da categoria de embarcação que trabalhe, todos os tripulantes estão sujeitos às mesmas dificuldades que a atividade impõe.

Referências

ALMEIDA, O.T. *et al.* The commercial fisheries of the lower Amazon: an economic analysis. *Fish. Manag. Ecol., Blackwell Sci. Ltd.*, v. 8, p. 253-256, 2001.

BARTHEM, R.B. *et al.* A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo. In: SEMINÁRIO SOBRE MANEJO DA VIDA SILVESTRE, 1992. Belém: Centro de Convenções do Centur, 1992. p. 30.

BATISTA, V.S. *Distribuição, dinâmica da frota e dos recursos pesqueiros da Amazônia Central*. 1998. Tese (Doutorado)-INPA/FUA, Manaus, 1998.

FARIA-JUNIOR, C.H. *Aspectos da composição dos fatores econômicos, capital imobilizado e repartição da renda, na pesca que abastece Manaus, Amazonas*. 2002. Dissertação (Mestrado)-INPA/FUA, Manaus, 2002.

FURTADO, L.G. *Pescadores do Rio Amazonas. Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. 1. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

IPT. Avaliação da atual frota pesqueira amazonense e proposição de novas concepções. In: Relatório parcial 1º volume. IPT/SICCT/SETRAM. p 219, 1979.

MARTINS, P.R.; BRANDÃO, M.F. Caracterização do Pescador Artesanal do Litoral Norte Maranhense. São Luiz: SENAT/FINEP, mimeo, 1983.

MASULO, M.; NOGUEIRA, R. A pesca dos embarcados em Manaus. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 9., 1992. Presidente Prudente, 1992. p 11.

PARENTE, V.M. *A economia da pesca em Manaus: organização da produção e da comercialização*. 1996. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

PASSOS, C.R.M.; NOGAMI, O. *Princípios de economia*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

PETREIRE JR., M. As comunidades humanas ribeirinhas da Amazônia e suas transformações sociais. In: ANAIS DO IV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 1992. In: DIÉGUES, A.C. (Ed.). *Populações humanas, rios e mares da Amazônia*. 1992. p.31-68.

SANDRONI, P. *Novo dicionário de economia*. 1. ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

Received on November 08, 2005.

Accepted on May 24, 2006.